

SANDRO
di LIMA

REITOR

IFG



COM DIÁLOGO SE FAZ EDUCAÇÃO.

**Plano de
Trabalho**

PARTICIPA IFG !

Da construção de uma gestão que...

- Constitua espaços efetivos à escuta das diferentes vozes dos trabalhadores e estudantes que formam o IFG;
- Valoriza o protagonismo da comunidade acadêmica, permitindo que o chão da escola ganhe centralidade no processo de construção do presente e do futuro institucional;
- Realiza diálogos ampliados com os movimentos sociais e os setores da sociedade civil para os quais o chão da escola existe;
- Se oponha a toda e qualquer prática fundamentada na relação de troca de favores ou benefícios entre indivíduos ou grupos com poder político em troca de apoio político;
- Se afasta do personalismo e do uso da máquina institucional para autopromoção;
- Orienta suas ações a partir do princípio da equidade entre as unidades que compõem o IFG (Reitoria, 14 câmpus implantados, 2 novos câmpus em processo de implantação, Centro de Referência em Pesquisa e Inovação e Polo Embapii), atuando em diálogo com seus dirigentes, com justiça e imparcialidade na distribuição de recursos, oportunidades e tratamento, de forma a se atentar e considerar

as necessidades e especificidades de cada unidade;

- Promova a expansão com a consolidação dos câmpus já implantados;
- Consolida os documentos institucionais em processo de discussão nas instâncias colegiadas respeitando as decisões coletivas e ampliando o debate;
- Deflagra o Congresso Institucional para que a (re)construção e (re)afirmação dos compromissos do IFG perante sua comunidade acadêmica e a sociedade se concretizem no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Construa em diálogo com os seus dirigentes e de forma transparente um plano diretor que oriente as prioridades institucionais para o desenvolvimento do IFG;
- Constitua metodologias que sejam capazes de superar o esvaziamento político institucional que tem imperado nos espaços de construção da cultura identitária e política do IFG;
- Fortaleça a Diretoria Executiva para cumprimento de seu papel de articulação das políticas e ações para o cumprimento do PDI e das metas e compromissos estabelecidos no âmbito de todo o IFG, bem como para apoio e acompanhamento das comissões institucionais.

Ainda estamos aqui...

A candidatura apresentada surge de um movimento coletivo e representativo dos três segmentos - docentes, técnico-administrativos e estudantes -, nascido do sentimento comum de que, nos últimos anos, o chão da escola foi impactado por um esvaziamento político institucional, pela ausência de protagonismo do ensino, pesquisa e extensão, pela falta de espaços de escuta das múltiplas vozes que compõem a comunidade acadêmica do IFG, pelas numerosas ações decisórias realizadas em gabinete sem participação dos diferentes atores sociais que compõem a instituição.

Este coletivo avaliou que o cenário institucional ora descrito ganha contornos ainda mais preocupantes quando se toma para o debate o cenário político nacional, atravessado pela adoção de políticas de austeridade fiscal. A instituição do teto de gastos, ocorrida a partir da promulgação da Emenda Constitucional n. 95/2016, tem gerado profundas consequências para a educação pública, em particular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em nome da responsabilidade fiscal, o que se assiste é o desfinanciamento progressivo de um setor estratégico para o desenvolvimento social e econômico do país.

O financiamento da educação pública, que deveria ser tratado como prioridade constitucional, sofre cortes sistemáticos e contingenciamentos orçamentários que afetam diretamente não apenas a manutenção das instituições, mas

também o acesso e a permanência dos estudantes. A assistência estudantil, por exemplo, componente essencial para garantir que jovens em situação de desigualdade social possam frequentar e concluir seus estudos, vem sendo dramaticamente subfinanciada. Concessão de auxílios moradia, alimentação e transporte são insuficientes frente à crescente demanda, gerando evasão escolar e comprometendo o princípio da equidade.

Além disso, a precarização das condições de trabalho dos servidores da educação federal se agrava. Falta de recomposição salarial, ausência de concursos públicos, sobrecarga de trabalho e deterioração da infraestrutura educacional são sintomas de um processo de sucateamento que compromete a qualidade do ensino e a saúde física e mental dos trabalhadores da educação. A falta de investimento adequado impede, inclusive, o atendimento de demandas urgentes como a ampliação de quadros técnicos e pedagógicos, a valorização das carreiras técnico-administrativa e docente e o fortalecimento da autonomia institucional.

Essa conjuntura evidencia uma contradição central: a retórica da austeridade, vendida como solução para o equilíbrio fiscal, tem custado caro ao direito à educação pública de qualidade. A contenção orçamentária não é neutra; ela incide com mais força sobre os setores mais vulneráveis da população e compromete o papel social das instituições federais, que historicamente têm promovido inclusão, pesquisa aplicada e desenvolvimento regional.

Frente a esse cenário, é urgente repensar os marcos da po-

lítica fiscal brasileira. A reconstrução do orçamento público em favor da educação, com a revogação do teto de gastos e a ampliação dos recursos para a assistência estudantil e valorização dos trabalhadores da educação, é condição sine qua non para que a Rede Federal possa cumprir sua missão de promover justiça social, inovação e desenvolvimento humano.

No atual contexto de restrição orçamentária e desmonte das políticas públicas voltadas à educação, o papel político das reitoras e dos reitores reunidos no CONIF revela-se estratégico para o tensionamento junto ao governo federal e ao Congresso Nacional em defesa da reconstrução do orçamento público. Mais do que gestores administrativos, as reitoras e os reitores são representantes institucionais com responsabilidade de articular, mobilizar e incidir politicamente para garantir que os Institutos Federais tenham condições mínimas de funcionamento e cumprimento de sua função social. Ao ocuparem espaços de diálogo e pressão, os dirigentes do CONIF têm o dever de pautar a urgência da recomposição orçamentária, da ampliação da assistência estudantil e da valorização dos servidores como eixos centrais para a retomada de um projeto nacional de educação pública, inclusiva e de qualidade. Para tanto, precisamos eleger dirigentes na rede federal de educação profissional e tecnológica capazes de promover esse enfrentamento.

Diante dos desafios aqui apresentados, o coletivo de trabalhadores e estudantes do IFG, chamado **Ainda Estamos Aqui**, defende uma candidatura não centrada em uma figura individual, mas sim na construção e defesa de um projeto po-

lítico-pedagógico comprometido com os princípios da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme instituída pela Lei n. 11.892/2008, e com as diretrizes institucionais consolidadas nos documentos que estruturam o IFG - Estatuto, Regimento Geral, PPPI - Projeto Político Pedagógico Institucional e PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.

O nome **Ainda Estamos Aqui** surgiu como forma de expressar a resistência a toda forma de gestão centrada na promoção da figura do/da dirigente, inibindo, por isso, a participação e o protagonismo dos diferentes atores sociais que integram e constroem a instituição. Ao mesmo tempo, a expressão **Ainda Estamos Aqui** carrega o sentimento de esperança renovada no contexto eleitoral de que se é possível eleger dirigentes capazes de constituir espaços efetivos para escuta e participação política da comunidade acadêmica, para além dos espaços reservados às instâncias colegiadas.

Ainda Estamos Aqui em defesa de uma democracia que não se efetive apenas na forma, mas que esteja preñe de sentimento público e que reconheça o dissenso como caminho fundamental à construção da crítica permanente, necessária para a condução de decisões aliadas à promoção do bem comum.

Deste modo, o slogan **Participa IFG** reflete o compromisso com a democracia participativa, com o protagonismo da comunidade acadêmica e com a luta contra práticas autoritárias. A candidatura aqui apresentada visa transformar a Reitoria em um centro de articulação política participativa, ampliando os processos decisórios e fortalecendo o papel

social do IFG. Defende também a presença ativa da instituição na e com a sociedade, especialmente junto à classe trabalhadora e às camadas populares, reafirmando os princípios de autonomia, gratuidade e inclusão social.

O nome do professor Sandro de Lima emerge dos debates promovidos pelo coletivo de trabalhadores e estudantes **Ainda Estamos Aqui** para encampar essa proposta tanto por sua trajetória de luta pela Educação, pela defesa da Cultura, das Artes, dos Movimentos Sociais, quanto por sua atuação como gestor público dentro e fora do IFG. Além da experiência que reúne ao ter participado ativamente das transformações que nossa instituição vivenciou, compreendendo como ela avançou e cresceu, experiência essa que certamente pode contribuir para o enfrentamento dos inúmeros desafios impostos pela conjuntura político-econômica ao IFG.

Princípios fundamentais

Para definirmos os rumos do Plano de Trabalho da candidatura do professor Sandro di Lima, é fundamental estabelecermos uma base sólida que sirva como ponto de partida e sustentação para o caminho que queremos trilhar. Essa trajetória deve ir além do período eleitoral e se estender por toda a gestão, ao longo dos quatro anos de mandato.

Essa base será composta por princípios inegociáveis, que orientarão nossas defesas, compromissos, políticas públicas e ações concretas. São eles que darão coerência, direção e firmeza ao nosso projeto político, garantindo que cada passo esteja alinhado com os valores que defendemos e com os interesses reais da comunidade acadêmica:

Defesa intransigente da educação pública, gratuita, de qualidade, laica, inclusiva e socialmente referenciada

A educação é um direito e instrumento de justiça social. Defendemos uma escola que promova uma formação humana emancipatória, acolha a diversidade e atue em diálogo com as realidades da sociedade brasileira.

Luta permanente pela autonomia curricular, pedagógica, administrativa e financeira

Reafirmamos a liberdade institucional na construção de seus projetos educacionais, com protagonismo da comunidade acadêmica e sem interferências externas autoritárias.

Valorização dos documentos institucionais como fundamentos da organização e da identidade institucional

Defesa dos documentos institucionais e compromisso de que os mesmos sejam democraticamente constituídos e orientados pelo Estatuto, Regimento Geral, PPPI e PDI, tidos como espinha dorsal da construção institucional.

Fortalecimento da gestão democrática e da democracia participativa

Defesa, ampliação e permanente construção da gestão democrática e da democracia participativa, respeitando e fomentando os processos de escolha pela comunidade acadêmico-escolar de seus(uas) dirigentes, gestores(as) e representantes.

Compromisso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

Defendemos ações e projetos conectados com os arranjos produtivos e socioculturais das comunidades locais e regionais, promovendo inclusão social, geração de opor-

tunidades e melhoria das condições de vida das camadas populares.

Cumprimento da função social do IFG

A atuação institucional deve contribuir para o desenvolvimento regional, o combate às desigualdades e o diálogo constante com a/na sociedade, por meio de seus movimentos e representações sociais.

Defesa dos direitos dos(as) trabalhadores(as) e da valorização das relações de trabalho

Lutamos pela ampliação de direitos, condições dignas de trabalho e uma cultura institucional baseada na escuta permanentes e na atenção à qualidade de vida e de saúde do(a) trabalhador(a).

Compromisso com a expansão da Rede Federal sem precarização

Defendemos a consolidação dos câmpus já existentes e uma expansão planejada, com infraestrutura, recursos e valorização de pessoal.

Garantia da equidade entre as unidades do IFG

Reconhecendo as especificidades de cada câmpus, propomos políticas que superem desigualdades históricas com

base em critérios de justiça e equidade, e não apenas de igualdade formal.

Promoção da interiorização, territorialidade e verticalização

Apostamos em uma identidade institucional que reconheça a pluralidade que integra o IFG, com presença em diferentes realidades do território goiano e oferta de educação em todos os níveis, respeitando e valorizando as vocações regionais.

Respeito e valorização da memória e do patrimônio histórico-cultural da instituição

Cada câmpus tem uma história que compõe a identidade do IFG. Reconhecer e dar visibilidade a essas trajetórias fortalece o pertencimento e o compromisso coletivo.

Compromisso com a articulação entre redes e instituições de ensino

Fortaleceremos a interlocução com as redes estaduais e municipais de ensino, com instituições federais e com centros de pesquisa, visando à integração de políticas e à ampliação de oportunidades.

Compromisso com uma educação popular, crítica e emancipadora

Defendemos uma prática educativa que envolva ativamente os sujeitos sociais no processo de aprendizagem, promovendo consciência crítica, autonomia, participação política e transformação social.

Defesa de uma educação inclusiva e antidiscriminatória

Comprometemo-nos com uma formação integral e emancipatória em todos os níveis e modalidades de ensino que respeite e valorize a diversidade, garantindo:

- i) a Política de Promoção da Igualdade Étnico-Racial;
- ii) uma política educacional anticapacitista;
- iii) políticas institucionais que desenvolvem relações humanas mais equitativas, superando desigualdades étnico-raciais e de gênero e respeitando diversidades culturais e sexuais;
- iv) ações firmes contra qualquer forma de violação dos direitos humanos.

Garantia da liberdade de expressão, manifestação e organização

Defenderemos o pleno direito à livre manifestação e à organização representativa dos(as) estudantes, técnico-administrativos(as) e docentes, fortalecendo o espírito democrático no cotidiano institucional.

Compromisso com as pautas estudantis e com o diálogo com as organizações estudantis

A escuta ativa e o respeito à organização dos(as) estudantes são essenciais para uma gestão que valorize a juventude, a diversidade e a participação.

Combate a todas as formas de violência

Reafirmamos o compromisso com a promoção de uma cultura de paz, por meio de ações educativas e preventivas, que enfrentem a violência em todas as suas formas – simbólica, física, institucional ou estrutural.

PLANO DE TRABALHO

Formulado nos debates e na participação coletiva, o presente Plano de Trabalho emergiu dos debates promovidos pelo coletivo Ainda Estamos Aqui e das discussões dos sujeitos envolvidos nos processos de construção institucional. O coletivo Ainda Estamos Aqui buscou construir um plano que não se baseasse apenas nos quatro eixos já consagrados no espaço institucional — ensino, pesquisa, extensão e gestão. Entendeu ser imprescindível fundamentar-se em novos eixos capazes de contemplar a transversalidade necessária às ações que compõem o tripé ensino-pesquisa-extensão, responsáveis por interligar os diferentes setores da instituição.

A partir das reflexões e discussões do coletivo, emergiram 7 eixos programáticos, acompanhados dos compromissos inerentes a cada um deles, os quais são apresentados a seguir:



**PARTICIPA
IFG!**

**Gestão democrática e
democracia participativa**



O avanço do IFG dar-se-á por meio da união, do diálogo e da construção coletiva de soluções. Temos a convicção de que a verdadeira transformação do Instituto Federal de Goiás (IFG) se concretizará por meio de um novo ciclo de gestão democrática e participativa. Trata-se de um compromisso com a valorização das instâncias colegiadas e da escuta ativa da comunidade acadêmica, bem como com o fortalecimento das estruturas que asseguram representatividade, transparência e diálogo contínuo com a sociedade civil, com os movimentos populares e com arranjos produtivos, sociais e culturais.

A gestão democrática que propomos se fundamenta na descentralização das decisões, no planejamento coletivo e no respeito aos documentos institucionais que orientam a ação administrativa e pedagógica.

Acreditamos que, por meio da ampliação da participação — nos conselhos, comissões e colegiados —, será possível desenvolver um projeto institucional que reflita, de fato, a pluralidade de ideias, experiências e realidades que compõem o IFG. A gestão democrática que propomos reconhece o dissenso como elemento legítimo e necessário, promove caminhos dialógicos e compreende o debate como parte essencial do processo decisório coletivo. Essa gestão deve ir além da simples descentralização de decisões: ela precisa assumir sua dimensão dialógica e formativa, rejeitando o gerencialismo e práticas que terceirizam ou transferem responsabilidades a grupos de trabalho, esvaziando o papel dos gestores e desvirtuando a essência da participação.

Reafirmamos que a gestão democrática não pode prescindir dos marcos legais que estruturam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e deve recuperar os princípios orientadores do Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente no que diz respeito à garantia de qualidade, inclusão, permanência e êxito. Essa gestão não deve se restringir a uma forma burocrática ou a um positivismo jurídico que transforma a participação em um rito esvaziado de significado, desconectado da prática cotidiana e da transformação social.

Posicionamos-nos firmemente contra práticas populistas e fisiologistas que utilizam a gestão pública como meio de autopromoção e de desmonte dos processos institucionais construídos com base no interesse coletivo. Rejeitamos, igualmente, a lógica clientelista e o uso de práticas neoliberais na distribuição e aplicação de recursos — como as emendas parlamentares e os repasses do Ministério da Educação e de outros ministérios — que, quando desprovidos de critérios técnicos e de planejamento participativo, tornam-se instrumentos de barganha política e violam os princípios da transparência, da equidade e da justiça social.

Em contraponto, defendemos uma gestão que compreenda a educação como prática emancipatória, construída no cotidiano com a escuta e a participação de estudantes, servidores e sociedade. Reiteramos nosso compromisso com uma gestão orientada pela ética pública, pelo uso responsável dos recursos institucionais e pelo compromisso com a formação crítica, cidadã e transformadora. Uma gestão democrática deve articular, de forma indissociável, o ensino, a

pesquisa e a extensão como pilares essenciais da educação pública, gratuita e de qualidade. É essa articulação que confere ao IFG sua potência de transformação da realidade social.

É imprescindível reconhecer e valorizar o protagonismo estudantil, assegurando a efetiva participação dos movimentos estudantis na vida institucional. A escuta qualificada das juventudes, suas pautas e seus modos de organização são fundamentais para fortalecer uma educação democrática, inclusiva e conectada com os desafios contemporâneos.

Cada Câmpus tem uma história própria que precisa ser respeitada e construída com base em suas especificidades, sem perder de vista os princípios da administração pública. É necessário reconhecer a memória e tradição do IFG, bem como as dimensões, da localização e as particularidades de unidade do IFG, assegurando que as decisões não sejam centralizadoras e insensíveis às realidades locais. Uma gestão que ignore essas características compromete o pleno desenvolvimento das potencialidades regionais e descaracteriza o papel do IFG enquanto instituição pública de educação popular, inclusiva e transformadora.

Reconhecemos, ainda, o papel essencial desempenhado por todos os trabalhadores e trabalhadoras do IFG — sejam servidores técnicos-administrativos, docentes ou terceirizados — no funcionamento e na construção diária da instituição. Embora desempenhem funções distintas e estejam vinculados a diferentes regimes de trabalho, todos compartilham a responsabilidade por um projeto educacional com-



prometido com a educação popular, a inclusão, a permanência e o êxito dos estudantes. Valorizar esses profissionais em suas especificidades, garantindo condições dignas de trabalho, respeito e reconhecimento, é parte essencial para uma gestão verdadeiramente democrática e comprometida com o bem comum.

A implementação de uma gestão democrática e participativa requer o estabelecimento de práticas, projetos e ações que considerem a multiplicidade dos níveis e modalidades de ensino, as demandas e especificidades dos setores acadêmicos e administrativos e, fundamentalmente, a escuta e o diálogo com todos os sujeitos que compõem a comunidade institucional — docentes, técnicos administrativos, discentes, servidores terceirizados e com os arranjos produtivos sociais e culturais.

É por meio de uma gestão democrática, ética e comprometida com o interesse público que o IFG poderá consolidar e ampliar seu papel como agente de inclusão, desenvolvimento regional e justiça social. O Instituto Federal de Goiás é reconhecido como uma instituição de vanguarda na Rede Federal, destacando-se pela inovação pedagógica, pela qualidade da formação acadêmica e pelo compromisso com a transformação social. Reafirmamos, assim, nossa convicção de que é com participação, escuta qualificada e construção coletiva que o IFG continuará sendo referência nacional em educação pública, gratuita, inclusiva e transformadora.

Compromissos assumidos

Compromisso com processos de discussão que envolvam todos os segmentos da comunidade acadêmica, evitando fragmentações, práticas setoriais ou a delegação de decisões a grupos isolados. A gestão democrática exige superação do positivismo jurídico e da participação esvaziada, para a construção real de consensos por meio de práticas dialógicas.

Fortalecimento dos princípios da gestão democrática, pautada no diálogo permanente entre todos os segmentos internos e com os movimentos sociais, setores públicos e com os arranjos produtivos, culturais e sociais. Reafirmação do papel transformador do IFG como instituição pública, gratuita, inclusiva e de excelência.

Valorização e fortalecimento das instâncias colegiadas consultivas e deliberativas como espaços de escuta ativa, construção coletiva e decisões com representatividade. As decisões devem obedecer a critérios técnicos, éticos e transparentes, reafirmando o compromisso institucional com a democracia participativa.

Valorização de uma cultura institucional de pertencimento, que reconheça a função social do IFG e promova o engajamento de todos os segmentos na construção, defesa e aprimoramento da instituição.



Fortalecimento da unidade do IFG e da articulação entre câmpus e Reitoria, entre diferentes categorias de servidores e com o movimento estudantil, promovendo o trabalho coletivo e superando práticas individualistas e competitivas que fragilizam a coesão institucional.

Compromisso com o protagonismo estudantil, com a garantia de autonomia, estrutura e legitimidade para a atuação do movimento estudantil organizado.

Ampliação e consolidação da participação efetiva dos estudantes nas instâncias colegiadas e nos processos decisórios. Estabelecimento de diálogo permanente na sociedade e fortalecendo a articulação com as redes públicas de ensino municipais e estadual, promovendo ações integradas que ampliem o alcance social do IFG e contribuam para a construção de políticas educacionais comprometidas com a educação popular e a inclusão.

Retomada da centralidade das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão na condução das políticas acadêmicas, com apoio estratégico das áreas meio (Pró-reitoria de Administração e Pró-reitoria Desenvolvimento Institucional e Gestão de Pessoas), em consonância com suas funções.

Planejamento institucional e utilização de ferramentas e metodologias de planejamento coletivo, com envolvimento de toda a comunidade acadêmica na formulação de documentos estratégicos, regimentais e normativos.

Retomada da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (APDI) e do Observatório do Mundo do Trabalho como setores estratégicos para o monitoramento dos resultados institucionais e dos câmpus, articulando-se com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), mobilizando os setores e servidores em torno do alcance dos objetivos institucionais e do cumprimento da função social do IFG, além de fomentar o debate e a construção coletiva do planejamento estratégico da instituição.

Adoção de posturas éticas e republicanas no exercício da gestão, rejeitando práticas fisiologistas, clientelistas e populistas. Compromisso com a integridade institucional e com o uso responsável dos recursos públicos, especialmente os oriundos de emendas parlamentares e transferências ministeriais, pautado em critérios técnicos e transparentes.

Valorização dos servidores efetivos e terceirizados e compromisso com o reconhecimento das contribuições específicas de cada servidor ao projeto institucional, assegurando condições dignas de trabalho, respeito às trajetórias profissionais e promoção de uma cultura organizacional orientada pelos princípios da inclusão, da permanência e do êxito estudantil.

Promoção de relações de trabalho baseadas na escuta qualificada, atenção à saúde física e mental dos trabalhadores e trabalhadoras, e na mediação de conflitos como medida preventiva à judicialização e ao adoecimento institucional.

Reconhecimento da importância estratégica dos técnicos-administrativos na consolidação do projeto institucional. Compromisso com sua formação continuada, com a manutenção e aprimoramento do Programa de Gestão por Desempenho e com a flexibilização da jornada de trabalho para atividades de capacitação e qualificação e no desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Valorização da carreira docente, assegurando a celeridade e transparência nos processos de progressão funcional e promoção, incluindo o acesso à classe de professor titular.

Reconhecimento institucional do mérito acadêmico e do compromisso dos docentes com o ensino, a pesquisa e a extensão.

Retomada da discussão sobre a jornada de trabalho dos docentes, com base no respeito à diversidade das atividades acadêmicas e na busca de um modelo justo e equilibrado, que valorize o trabalho desenvolvido nas diferentes dimensões da atuação profissional, garanta melhores condições de trabalho e incentive o compromisso com a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

Combate à todas as formas de assédio, discriminação e violências institucionais no ambiente de trabalho e acadêmico, por meio da implementação de políticas permanentes de prevenção, acolhimento e responsabilização. Promoção de uma cultura institucional fundamentada no respeito, na equidade, na escuta qualificada e na proteção da dignidade de todas as pessoas.

Compromisso com a escuta ativa da comunidade acadêmica, com o reconhecimento dos erros e com a instituição de mecanismos permanentes de avaliação, monitoramento e replanejamento, garantindo uma gestão aberta à crítica, à melhoria contínua e à construção coletiva de soluções.

Assegurar transparência nos processos decisórios, por meio de uma comunicação clara, tempestiva e horizontal com todos os câmpus e setores da Reitoria, de modo a fortalecer a confiança institucional, promover o alinhamento das ações, garantir a equidade e assegurar a corresponsabilidade na condução da política institucional.

Compromisso com a consolidação dos 14 câmpus existentes e com uma expansão planejada e responsável nos novos câmpus de Quirinópolis e Cavalcante, respeitando as especificidades locais e contribuindo para a interiorização qualificada da educação pública.

Fomento à internacionalização como estratégia para ampliar o intercâmbio acadêmico, científico e cultural, fortalecendo o papel do IFG no cenário global da educação e promovendo a circulação de saberes e experiências tanto para os estudantes quanto para os servidores.

Investimento contínuo em tecnologia da informação (TI), com foco na qualificação dos dados institucionais, na implementação de soluções tecnológicas seguras e eficientes, que sustentem os processos administrativos e acadêmicos com confiabilidade e agilidade, incluindo a alteração do Data

Center para a Reitoria.

Compromisso com a criação, revitalização e manutenção de espaços de convivência e lazer que promovam o bem-estar físico, emocional e social de estudantes, servidores e comunidade, fortalecendo a dimensão humana e coletiva da vida institucional.

Realização de um Congresso Institucional para revisão do Estatuto e do Plano Político Pedagógico Institucional- PPPI, com alinhamento ao novo Regimento Geral. A partir disso, construção coletiva do novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), tendo como desdobramento o Plano de Oferta de Vagas, que deve refletir os princípios, metas e compromissos institucionais, superando a lógica de documento autônomo e desarticulado.

Fortalecimento das relações institucionais externas com a qualificação do Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF, parlamentares, prefeituras, secretarias e demais órgãos governamentais, com o objetivo de alinhar políticas educacionais, buscar recursos orçamentários e estabelecer parcerias estratégicas que contribuam para o desenvolvimento local, regional e nacional, reforçando o papel do IFG como agente de transformação social e econômica nos territórios em que está inserido.



**EMANCIPA
IFG!**

**Educação popular e
formação emancipatória**

Pensar uma educação popular significa considerar um projeto pedagógico que busque a conscientização e a libertação dos/as estudantes e das classes populares através da valorização dos saberes, dos conhecimentos e da cultura do povo. Daí que a compreensão de educação e de formação humana vinculada à emancipação dos/as estudantes não pode se dar por um viés individualista, pois a autonomia que se almeja só será possível quando realmente experimentarmos uma prática educativa libertadora, de cunho popular e coletivo.

Diante disso, quando fazemos a defesa de um projeto de educação integral do ser humano no contexto da educação profissional e tecnológica, não fazemos uma defesa teórica de conceitos abstratos. Pelo contrário, defendemos a conscientização individual e coletiva, o diálogo aberto e democrático, a participação genuína e isonômica, a autonomia crítica e a práxis verdadeira. Essa unidade teórico-prática que buscamos por meio da práxis se converte em denúncia de situações em que conceitos como “formação integral e emancipatória” não encontram correspondência em práticas gestoras e pedagógicas autocráticas e centralizadoras.

Propor uma educação popular implica no compromisso com a transformação da realidade, para que se viabilize uma sociedade mais justa e igualitária, alcançando prioritariamente os/as estudantes e trabalhadores/as afetados/as pelas estruturas reprodutoras das desigualdades sociais. Deste modo, não estamos tratando de estudantes e trabalhadores/as ideais e abstratos/as, mas de sujeitos concretos que compreendem que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que a própria prática

educativa necessita estar comprometida com essa transformação, o que sinaliza que o próprio educador deve também ser educado. É fundamental que essa concepção seja oportunizada a todos os estudantes e materializada em todos os níveis e modalidades, não se restringindo apenas aos cursos de ensino médio integrado à educação profissional.

Nesse sentido, contrapomo-nos a toda e qualquer perspectiva político-ideológica que naturalize as desigualdades sociais e estimule o individualismo. Concebemos o conhecimento produzido pela humanidade como fruto de esforço coletivo, de tal forma que a arte, a ciência e a tecnologia devem estar acessíveis, nos seus mais elevados níveis, aos/às nossos/as estudantes. Essa é uma dimensão emancipatória que visa garantir o acesso de nossos/as discentes ao patrimônio cultural produzido pela humanidade e que re-futa qualquer proposta reducionista de atendimento a demandas imediatas do mercado ou de formação aligeirada e tecnicista. É também uma educação que toma as contradições sociais como referência e se compromete com o enfrentamento dos abismos sociais por meio da elevação qualificada da escolaridade dos grupos sociais afetados pelas desigualdades de poder e de acesso a estes conhecimentos produzidos pela humanidade.

Por tudo isso, é importante compreender de que modo uma concepção de educação popular e de formação emancipatória se traduz nos termos do ensino, da pesquisa e da extensão. Sob esse prisma, ensinar não se trata apenas de transmissão de conhecimentos teóricos e práticos, mas sim, da construção coletiva de meios para que se possa enxergar a

realidade, posicionar-se diante dela e nela atuar. Para tanto, essa concepção de educação não se materializa apenas no ensino, exigindo que se assuma a extensão e a pesquisa como princípios formativos. Uma perspectiva popular da pesquisa como princípio formativo deve, por sua vez, estimular práticas de investigação comprometidas com a produção de conhecimento que se traduzam em potencial transformador da realidade, por meio da identificação das demandas da sociedade.

De igual modo, uma extensão popular precisa partir da quebra de hierarquia entre a instituição e a comunidade externa por meio do reconhecimento e da legitimação das questões que são postas pela própria comunidade. Isso exige ampliar o diálogo com a comunidade e o envolvimento com problemas reais. Logo, não basta defender a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão: é preciso fazê-lo a partir do compromisso com a educação popular e a formação emancipatória de nossos estudantes.

Reforçamos, então, que essa defesa não se pode dar apenas no nível teórico e ideológico. É fundamental que as práticas de gestão, as políticas institucionais e os documentos que normatizam as práticas de ensino, pesquisa e extensão também estejam comprometidos com a promoção da autonomia e da emancipação, o que inclui as metodologias pelas quais são elaborados. Afinal, é incoerente que se defenda uma pedagogia crítica e promotora da autonomia por meio de políticas institucionais que prescindem do debate ampliado, invisibilizando o dissenso e o contraditório, inevitáveis em contextos nos quais sujeitos autônomos e emancipados es-

tão em diálogo.

É só por esse caminho que se alcança uma formação capaz de colocar cada pessoa em relação consigo mesma, com a natureza, com o mundo do trabalho, da ciência e da cultura. Uma formação emancipatória que nos liberta da ignorância e do preconceito, da manipulação midiática que nos impele ao consumismo e ao individualismo, das práticas políticas tutelares, clientelistas e personalistas, e que nos permite construir nossa identidade de forma consciente. Logo, só é possível a efetivação dessa concepção de educação quando toda a comunidade acadêmica do IFG — estudantes, famílias e servidores — forem reconhecidos em sua capacidade autônoma e crítica de se constituírem como seres humanos emancipados, ou seja, como efetivos participantes da construção de uma instituição que transforma a realidade.

Compromissos assumidos

Defesa irrestrita do protagonismo estudantil na concepção das políticas institucionais.

Estabelecimento de uma concepção popular de educação que defenda a emancipação dos estudantes por meio de uma concepção coletiva de transformação da realidade.

Construção permanente de políticas institucionais que assegurem uma educação pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, laica e qualitativamente referenciada.

Garantia de uma formação emancipatória que contribua para o desenvolvimento das diferentes dimensões humanas, por meio da apropriação crítica e contextualizada dos saberes e conhecimentos, refletindo e implementando políticas que aprofundem o seu caráter integrador.

Defesa de uma educação inclusiva, baseada na formação integral e emancipatória em todos os níveis e modalidades de ensino.

Promoção de políticas institucionais que desenvolvam relações humanas mais equitativas, superando desigualdades étnico-raciais e de gênero e respeitando as diversidades culturais e sexuais.

Fomento a práticas educativas de combate a toda e qual-

quer forma de ataque aos direitos humanos.

Fortalecimento dos diferentes níveis e modalidades de ensino, por meio de ações pautadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Estímulo a prática de investigação e pesquisa que se traduzam em tecnologia e conhecimento que respondam a problemas concretos da sociedade.

Valorização do trabalho, da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura no processo de construção de uma instituição diversa e plural.

Promoção de momentos de formação que reforcem o caráter sociopolítico da instituição.

Construção e promoção de uma política de utilização e revitalização dos espaços físicos como espaços culturais de convivência e descanso.

Consolidação de uma política de educação a distância a partir de uma perspectiva crítica e do planejamento institucional interno, que não dependa de estímulos externos para se pautar e que esteja fundamentada numa concepção de educação popular e formação emancipatória.

Implementação das políticas de curricularização e valorização da extensão a partir de estreito diálogo com a comunidade interna e com os movimentos sociais, e da quebra de hierarquia entre a instituição e a comunidade externa.

Planejamento orçamentário e administrativo, incluindo re-dimensionamento de pessoal, para efetivação da curricularização da extensão.

Fomento a parcerias públicas, privadas, associações, cooperativas e organizações não-governamentais que garantam efetivamente a extensão e a curricularização da extensão.

Apoio a ações de extensão e projetos de pesquisa que estejam articuladas às redes de ensino municipais e estadual e que organizem ações de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem a partir dessa articulação.

Busca pela superação do dualismo escolar por meio da oferta de uma educação profissional acessível a toda a sociedade, universal, não apenas quanto à forma de ingresso, mas também quanto à gratuidade e às políticas inclusivas e de permanência na Instituição.

Salvaguarda de uma prática educativa que estimule a democracia e a participação da comunidade interna e externa. Resistência permanente a toda prática negacionista, excludente, autoritária, contrária à ciência e aos conhecimentos filosóficos e, também, privatista em relação à educação pública.

Defesa da preservação das Instituições Públicas Federais de Educação como instituições democráticas e como espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico, colocando-nos contra qualquer posicionamento autoritário e de amordaçamento.

Manutenção da formação integrada como concepção formativa em todos os níveis e modalidades de ensino, ao assumir o trabalho como princípio educativo e a não separação entre a formação geral e a formação profissional.

Estímulo à inovação e à atualização curricular, mantendo a relevância dos cursos ofertados.

Efetiva promoção da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, por meio do estímulo a projetos contextualizados e comprometidos com a inclusão social, bem como com a geração de oportunidades e melhoria das condições de vida dos setores excluídos da riqueza e dos benefícios proporcionados pelo avanço da ciência e da tecnologia.

Reafirma-se o compromisso com a consolidação e o fortalecimento do Criar – Polo de Inovação do IFG como espaço estratégico de articulação entre ensino, pesquisa aplicada, extensão e desenvolvimento tecnológico. O crescimento do Criar está diretamente vinculado à promoção da inovação com responsabilidade social, ao incentivo à cultura empreendedora e ao estímulo de parcerias com os setores público, privado e da sociedade civil. Nesse contexto, busca-se ampliar sua atuação como instrumento de transformação social, promovendo soluções tecnológicas sustentáveis e inclusivas, além de contribuir para a formação de estudantes comprometidos com os desafios contemporâneos da ciência, da tecnologia e do trabalho.

Promoção da articulação entre a pesquisa produzida institucionalmente e a Editora do IFG. A promoção da pesqui-

sa científica deve estar intrinsecamente ligada à difusão do conhecimento produzido no âmbito da instituição. Nesse sentido, reafirma-se o compromisso de fortalecer a articulação entre os projetos de pesquisa e a Editora institucional, estimulando a publicação de obras acadêmicas, técnicas e culturais que expressem a diversidade, a relevância social e o rigor científico das investigações desenvolvidas. Essa integração visa ampliar a visibilidade da produção intelectual, fomentar o acesso aberto ao conhecimento e consolidar a Editora como um espaço estratégico de divulgação científica e valorização das práticas formativas e emancipadoras.

Ampliação das parcerias internacionais como forma de viabilização do tripé ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva crítica e emancipatória. A internacionalização, entendida como processo de integração e diálogo com instituições de outros países, constitui uma oportunidade para potencializar ações de ensino, pesquisa e extensão de forma articulada. Ao ampliar parcerias internacionais, busca-se não apenas a troca de conhecimentos e experiências, mas também a construção de práticas educativas comprometidas com a transformação social, a justiça global e a emancipação dos sujeitos envolvidos. Essa perspectiva crítica rompe com modelos hegemônicos de cooperação e valoriza o intercâmbio horizontal, solidário e contextualizado.

Equacionamento da oferta de cursos em articulação com os percentuais previstos em lei, com os arranjos locais, com as condições de trabalho, com o funcionamento, com a infraestrutura e com os estudos elaborados pelos Núcleos de Base e pelo Observatório do Mundo do Trabalho.

Defesa da vinculação do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) à realização do Congresso Institucional de modo que seja possível corrigir a condução da elaboração do documento pela atual gestão e visando amadurecer um planejamento que seja efetivamente institucional.

Fortalecimento da formação emancipatória e integrada na Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio, por meio da implementação cuidadosa dos novos currículos desenhados nos novos PPCs dos cursos.

Defesa da Educação de Jovens e Adultos como modalidade essencial para a garantia de um projeto de educação popular/crítica voltado para a classe trabalhadora, assegurando sua ampliação e fortalecimento.

Acolhimento e valorização a experiência e a trajetória dos estudantes da EJA no processo de inclusão e reinclusão de seus alunos, proporcionando momentos de trocas culturais, práticas políticas e vivências pedagógicas.

Fortalecimento dos cursos de formação de professores a partir da consolidação de convênios com as Secretarias Municipais e Estadual de Educação para a oferta de cursos de formação continuada.

Integração dos cursos de graduação e pós-graduação visando à estruturação da verticalização, à atuação em projetos integradores e à efetivação do currículo integrado. Reassumir o sentido político das pró-reitorias finalísticas de ensino, pesquisa e pós-graduação, e extensão.



**PROTAGONIZA
IFG!**

**Presença e participação
na sociedade**

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de modo geral, e o IFG de modo específico, tem alcançado merecido prestígio social pelo relevante trabalho realizado ao longo do tempo. Contudo, não é possível afirmar que esse prestígio se converta de imediato em reconhecimento popular à altura do que é necessário para que os objetivos previstos em sua Lei de criação n. 11.892/2008 se efetivem. Como exemplo, destaca-se o inciso V da referida Lei, no qual tem-se a ideia de que a Rede Federal deve: “V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.”

Nesse sentido, considerar a presença e a participação do IFG na sociedade como horizonte estruturante da gestão implica inicialmente reconhecer que para cumprir sua finalidade não basta que seus câmpus e reitoria existam como estrutura física em dado espaço geográfico no transcorrer do tempo.

Estar presente e participar da sociedade – em sentido amplo ou localmente, no caso de cada Câmpus – requer também a busca permanente por linguagens e canais que garantam que a comunicação de fato se efetive e pensar criticamente a forma e em nome de quem essa presença tem se efetivado. No que se refere à comunicação, essa deve se dar não sob a máxima de que “o IFG dialoga com a sociedade”, como se fôssemos fora da sociedade. Ao contrário, é preciso que essa instituição se reconheça parte da sociedade, imersa nela, constitutiva dela portanto. Isso implica posicionar-se como

parte que é desse todo e, ao mesmo tempo, distinguir-se pelo compromisso como instituição educativa com alcance local, estadual e regional num país cujas desigualdades socioeconômicas e culturais são marcadores fundamentais.

E como o IFG pode demarcar com compromisso político e social sua presença e participação na sociedade?

Compromissos assumidos

Ampliação dos diálogos com a comunidade acadêmico-escolar e com o poder público, o setor produtivo, os grupos sociais e os movimentos sociais e populares.

Ações para Intensificar o investimento de recurso em formas populares de divulgação da existência dos câmpus e suas formas de oferta em cada localidade.

Ampliação de parcerias com rádios comunitárias e outros meios de comunicação popular a partir de planejamento coletivo para esse fim.

Intensificação, no âmbito da instituição, de debates sobre a concepção de extensão popular, de modo que essa concepção e suas implicações contribuam para orientar os trabalhos no ensino, na pesquisa e, inclusive na curricularização da extensão.

Efetivação das políticas de descentralização da comunicação, com foco na divulgação de ações institucionais e no reconhecimento público da Instituição.

Fortalecimento do diálogo com as redes municipais e estadual de educação e outros equipamentos sociais, com vistas a ampliar a aproximação com as comunidades locais.

Intensificação do investimento de recursos em formas po-

pulares de divulgação da existência dos Câmpus e suas formas de oferta em cada localidade.

Fortalecimento e promoção de projetos de cunho social e cultural, resultantes da identificação das demandas advindas da consulta às comunidades locais ou movimentos que os representem.

Valorizarização e popularização do conhecimento produzido na/pela instituição como meio de transformação social.

Construção e implementação de um projeto popular de educação capaz de reafirmar a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para as comunidades nas quais os câmpus do IFG se fazem presentes.

Promoção de projetos institucionais que cupram a função social e consolidem o papel do IFG no desenvolvimento (socioeconômico e cultural) regional e local.

Estabelecimento de relações sólidas com o MEC (Ministério da Educação) e com o CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) para garantir o fortalecimento do IFG e da Rede Federal como um todo.



AVANÇA



IFG!

**Acesso, permanência
e êxito**

As instituições federais de ensino existem para atender às demandas da sociedade, formando profissionais qualificados, críticos e comprometidos com o desenvolvimento social, econômico e cultural.

Os e as estudantes são a razão de ser e estar de qualquer Instituição de Educação, ainda mais em uma Instituição que têm como função social a democratização do conhecimento, a transformação social e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, como é o caso do IFG. Em outras palavras, o IFG existe em razão dos e das estudantes, ao mesmo tempo está distribuído por todas regiões do estado e com viés de expansão.

Para tanto, garantir e propiciar o acesso democrático à Instituição deve ser um princípio pétreo. Portanto, o acesso representa a porta de entrada dos estudantes, assegurado por meio de políticas institucionais, que visam garantir a diversidade e reduzir as desigualdades históricas no ensino. Dessa forma, amplia-se a oportunidade para que estudantes de diferentes contextos socioeconômicos, étnicos e culturais ingressem na educação federal. Assim, é imprescindível o amplo debate sobre ações afirmativas, políticas de cotas e processos seletivos em todos os níveis de ensino da Instituição.

Contudo, se o acesso já é desafiador na garantia da diversidade e equidade, a permanência e o êxito têm se mostrado ainda mais. Isto porque, produtos de uma sociedade injusta, as dificuldades dos estudantes extrapolam as salas de aulas. Grande parte de nosso corpo discente provém de

camadas empobrecidas, dificultando a atuação estudantil, e até mesmo a inviabilizando. Assim, as condições que estes possuem de transporte, de alimentação, de saúde, de acesso à materiais de estudo, e a necessidade de complementação de renda familiar, agem contra o êxito de muito destes estudantes.

Tais condições precisam ser consideradas pela gestão da instituição no sentido de enfrentar os entraves sociais que afastam ou impossibilitam muitos dos nossos estudantes e, a partir de então, planejar ações de assistência aos estudantes.

Não obstante, não só as barreiras socioeconômicas persistem no interior do IFG, a diversidade identitária também precisa ser garantida como princípio fundante da Instituição. Assim, a comunidade LGBTQIAPN+, os coletivos negros, os estudantes com necessidades específicas, os coletivos de mulheres, em especial entre os e as estudantes, ganham importância no planejamento e desenvolvimento institucional, no sentido da garantia ao respeito à diversidade, ao combate às diversas formas de violência e a implementação de ações de reparação histórica. Assim sendo, entendemos que a permanência do e da estudante está diretamente ligada à criação de condições que favoreçam sua inserção e trajetória acadêmica.

Por fim, o êxito dos e das estudantes deve ser visto como um dos objetivos maiores da instituição. Garantindo suporte pedagógico, psicológico e material para que tenham condições de trilhar o processo educativo. Nesse processo, políticas

que reafirmem os direitos das pessoas com necessidades específicas e fortalecimentos dos NAPNE'S são essenciais para a garantia de direitos já reconhecidos legal e socialmente.

O êxito, numa compreensão mais ampla, não representa apenas o cumprimento de atividades até a conclusão do curso, mas também, representa a materialização da função social da Instituição, através de um processo educativo que atenda ao objetivo fim de uma instituição de ensino, a educação. Desse modo, o êxito também deve estar conectado ao acompanhamento de egressos, verificando a inserção destes no mundo do trabalho, a continuidade dos seus estudos e a participação ativa na sociedade.

Portanto, o planejamento e o cumprimento de formas de acesso, permanência e êxito reforçam o papel da educação como instrumento de transformação social e equidade.

Compromissos assumidos

Constituição de uma política institucional, pautada em estudos e pesquisas, capaz de criar uma cultura em que todos(as) se sintam integrados(as), comprometidos(as) e atuantes na condução do processo de pensar e realizar o acesso, a permanência e o êxito dos(as) estudantes.

Consolidação da Política de Permanência e Êxito, envolvendo os setores acadêmicos e administrativos e os segmentos que compõem o IFG, especialmente, o segmento discente.

Debate amplo e democrático de política de Ingresso e aprimoramento das ações que envolvam o acesso ao IFG, com vistas a tornar a instituição mais democratizada, com maior visibilidade e reconhecimento pela sociedade.

Suporte pedagógico e psicológico no cumprimento da jornada acadêmica dos e das estudantes.

Consolidação e fortalecimento dos NAPNE's.

Consolidação e ampliação de política de Assistência Estudantil, visando criar condições necessárias, em especial de transporte e alimentação os estudantes de maior vulnerabilidade.

Redimensionamento da Política de Assistência Estudantil de forma a viabilizar novas estruturas que congreguem as plu-

ralidades e singularidades do segmento discente.

Ampliação dos mecanismos de promoção da permanência e de êxito voltados especificamente aos estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e comunidade LGBTQIA+.

Ampliação dos mecanismos de promoção da permanência e de êxito voltados especificamente para as estudantes que são mães.

Criação de ambientes de convivência, lazer e expressão cultural dos e das estudantes, a fim de garantir o bem-estar e identificação com a instituição.

Criação de ambientes de higiene e descanso para estudantes que permanecem por longa jornada no Câmpus e para os e as que advém do trabalho direto para a instituição.

Promoção do entrecruzamento entre a Política de Permanência e Êxito e os resultados das ações voltadas ao egresso, com vistas a subsidiar ações para apacramento dos índices de evasão.

Efetivação de projetos e ações de (re)aproximação e do envolvimento dos(as) egressos(as) com a instituição.

Acompanhamento e envolvimento dos(as) egressos(as) com a instituição, com vistas a constituir um processo de conhecimento, avaliação e acompanhamento sua inserção no mundo do trabalho e atuação cidadã a partir do processo formativo oferecido pela instituição.



**RESPEITA
IFG!**

**Respeito à diversidade e
promoção da igualdade**

O Instituto Federal de Goiás tem se pautado pela constante reflexão, discussão e reiteração dos princípios éticos que regem a sua relação com a sociedade, especialmente, sobre formas de sua atuação de respeito aos direitos humanos, à justiça social, à equidade, à cidadania e à diversidade com a finalidade de formar trabalhadores cientes de sua condição de sujeitos capazes de não apenas pensar o mundo que o cerca, mas também de transformá-lo.

Nesse sentido, a nossa instituição necessita estreito diálogo com as diversas camadas da população para promover uma educação profissional e integral de qualidade e em consonância com os princípios de uma formação inclusiva e emancipatória com o objetivo de promover a igualdade de direitos e de acesso de todas as pessoas aos bens materiais e simbólicos frutos dos processos produtivos e culturais, validando e promovendo todas as formas de expressão sejam elas relacionadas aos saberes e conhecimentos, quanto à expressão das identidades e suas manifestações culturais.

São muitos os enfrentamentos que nossa instituição tem pela frente, inclusive o desafio de pensar o “impossível” e realizar o que ainda não foi alcançado: uma sociedade mais igual e mais justa. Para tanto, precisa fazer uma aguda leitura das contradições que permeiam nosso país e “cuidar” muito bem dos nossos servidores, valorizando-os, motivando-os por meio de políticas humanizadoras do trabalho para que, na busca pela cura das feridas da nossa sociedade, não se deparem com o adoecimento.

Em suma, este eixo propõe, essencialmente, tornar nossa

instituição um espaço capaz de abrigar as diferenças que caracterizam os diversos grupos da nossa sociedade, especialmente aqueles menos privilegiados e mais vulneráveis a todo tipo de discriminação e injustiça social. Nesse sentido, faz-se necessário implementar e fortalecer os processos e as ações institucionais com o intuito de transpor as fronteiras que perpassam as questões econômicas, identitárias, culturais, sociais, políticas e linguísticas, assegurando, deste modo, um ambiente inclusivo, pautado pelo respeito à diversidade e a busca permanente pela igualdade e solidariedade humana.

Compromissos assumidos

Inclusão social pautada no sentimento de pertença aos diversos espaços da instituição e na participação ativa de todas as pessoas nos processos e ações institucionais;
Respeito aos direitos humanos pautado na proteção à dignidade de toda a comunidade do IFG e na liberdade de pensamento e de expressão.

Respeito à diversidade social e cultural e às diferenças de gênero, sexo, raça, etnia baseado no pleno reconhecimento das diferenças, na valorização da pluralidade de vozes e dos diferentes saberes e conhecimentos.

Atendimento às demandas pelo reconhecimento da diversidade e da promoção de processos e ações que orientem a ética da boa convivência marcada pelo respeito mútuo às diferenças individuais e coletivas.

Defesa e manutenção das políticas das ações afirmativas em prol dos processos de equidade e solidariedade humana;
Combate a todas as formas de violência, opressão e discriminação sexista, racial, étnica, social, política, cultural e linguística.

Combate às ideologias que se opõem à ciência, à humanidade e às informações que descrevem ou representam a realidade.

Implantação e fortalecimento de políticas que objetivam as trocas de conhecimento, experiências culturais com a comunidade local, regional, nacional e internacional.

Aperfeiçoamento das políticas de ingresso, permanência e acompanhamento dos egressos.

Fortalecimento dos setores que lidam diretamente com as vulnerabilidades socioeconômicas e com as necessidades educacionais específicas de nossos(as) estudantes, a exemplo dos Núcleos de Assistência às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNEs) e das Coordenações de Assistência Estudantil CAEs).

Fortalecimento da Política Institucional de Igualdade Étnico-racial em Educação no Instituto Federal de Goiás. Considerando a previsão de recursos na LOA para a implementação do Programa Institucional de Igualdade Racial, fortalecendo a Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (CPPIRs) e garantia do cumprimento de sua finalidade institucional.

Mapeamento das denúncias sobre prática de racismo e ou formas de exclusão para garantir assistência à vítima de preconceito racial na instituição, com o objetivo de assegurar não apenas uma ação de responsabilização, mas também suporte à pessoa que sofreu racismo ou crime correlato no âmbito institucional.

Apoio e Fortalecimento das políticas de ações afirmativas que existem na instituição, em específico a banca de hete-

roidentificação visando garantir o acesso de pessoas negras e indígenas ao Ensino Médio Integrado ao Técnico, Educação Superior e Pós-Graduação no IFG, em colaboração com o Centro de Seleção e a CPPIR.

Combate à todas as formas de racismo, sexismo, classismo, LBGTQIA+fobia, e quaisquer outras formas de discriminação, intimidação e violência.

Articulação entre as ações de combate à desigualdade, as ações afirmativas e as ações de promoção da inovação na pesquisa e na extensão tecnológica, na perspectiva da humanização e da democratização da ciência e da tecnologia; Humanização das relações de trabalho por meio do respeito mútuo pelo trabalho que cada servidor desenvolve na instituição, desconstruindo hierarquizações entre áreas de conhecimento, atuações e carreiras.

Implementação de chamadas para Projetos Focais de Ensino, Pesquisa e Extensão, considerando a temática da igualdade racial em educação.

Instituir o Observatório da Igualdade Racial em Goiás - Mapeamento dos impactos do racismo na vida da população negra e quilombola, indígena e cigana em Goiás, incluindo o racismo e formas correlatas de discriminação e crimes de ódio, no ambiente institucional.



TRABALHA

IFG!

**Condições e relações
de trabalho**

Em um cenário de crescentes ataques à educação pública e à desvalorização de seus profissionais, é essencial que o IFG se afirme como um espaço de acolhimento, respeito e fortalecimento das relações de trabalho. Este eixo parte da premissa de que a escuta ativa, o cuidado com a saúde, a atenção às condições concretas de trabalho e o compromisso com a qualidade de vida são dimensões centrais para garantir não apenas o bem-estar dos(as) servidores(as), mas também a qualidade do serviço público prestado. É necessário que o ambiente institucional funcione como um espaço de apoio e empatia, onde docentes, técnico-administrativos e terceirizados encontrem condições dignas para exercerem suas funções, livres de pressões e conflitos desnecessários.

A valorização dos(as) trabalhadores(as) do IFG também passa pela efetivação e ampliação dos direitos historicamente conquistados, especialmente no que se refere às carreiras e à organização coletiva dos segmentos. A defesa de políticas que assegurem formação continuada, melhorias nas condições laborais e respeito às instâncias de representação deve estar no centro da gestão institucional. Construir relações de trabalho justas, transparentes e colaborativas é parte fundamental de um projeto de educação pública comprometido com a transformação social e com a dignidade de quem faz o IFG, todos os dias.

Compromissos assumidos

Promoção de um ambiente institucional acolhedor, ético e empático, com políticas ativas de cuidado com a saúde mental e física dos(as) servidores(as), prevenção ao adoecimento e melhoria contínua das condições de trabalho.

Valorização dos(as) servidores(as) técnico-administrativos(as) em educação por meio da ampliação de oportunidades de formação continuada, do reconhecimento do seu papel estratégico no funcionamento institucional e da defesa da carreira e dos direitos previstos no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), promovendo a melhoria das condições de trabalho e a participação ativa desses(as) profissionais nos espaços de decisão do IFG.

Promoção de uma prática que estimule a aproximação, o respeito mútuo e a cooperação entre docentes, técnico-administrativos e trabalhadores terceirizados, fortalecendo uma cultura institucional colaborativa e integradora, voltada à construção coletiva do IFG.

Retomada das plenárias da regulamentação da jornada de trabalho docente no IFG, respeitando a legislação vigente, as diretrizes da Rede Federal e as condições reais de trabalho, com foco na valorização do tempo dedicado ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão.

Garantia da defesa dos direitos conquistados pelas categorias, com reconhecimento das suas instâncias de representação, apoio à formação continuada e incentivo à participação ativa dos(as) servidores(as) nos processos decisórios.

Combate à todas as formas de assédio moral, sexual e institucional no ambiente de trabalho, com protocolos claros de prevenção, acolhimento e responsabilização, assegurando que o IFG seja um espaço seguro e respeitoso para todos(as).



**CONSOLIDA
IFG!**

**Consolidação dos
câmpus e expansão**

A expansão e a interiorização do Instituto Federal de Goiás (IFG) devem ser compreendidas como compromissos estruturantes para o cumprimento da missão institucional de promover educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Nesse sentido, é fundamental reafirmar a importância da consolidação dos câmpus, especialmente aqueles localizados no interior do estado, que desempenham papel estratégico no desenvolvimento regional, na inclusão social e na democratização do acesso ao ensino. Esses câmpus não podem ser vistos como periféricos ou secundários, mas como partes integrantes de um projeto educacional que busca atender às diversidades e às demandas locais com equidade.

A superação de práticas institucionais que reforçam hierarquias e dinâmicas concorrenciais entre os câmpus deve ser prioridade. A consolidação da expansão do IFG requer uma política equilibrada de investimentos em infraestrutura, ampliação e adequação dos quadros de pessoal, e valorização de cada unidade a partir de suas especificidades e potencialidades. Isso significa assegurar condições plenas de funcionamento para todos os câmpus, sem privilegiar os câmpus mais consolidados em detrimento dos que estão em regiões que ainda enfrentam carências históricas.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer a importância dos câmpus da região metropolitana de Goiânia, que concentram grande número de estudantes e cursos, e que também enfrentam desafios complexos em termos de infraestrutura, manutenção e ampliação de serviços. A expansão qualificada do IFG exige, portanto, uma gestão integrada que busque



a equidade na distribuição de recursos e o fortalecimento de todos os câmpus, respeitando suas realidades e promovendo a cooperação reitoria e intercampus como princípio.

Consolidar a interiorização com justiça institucional é também enfrentar as contradições históricas do processo de expansão da Rede Federal, defendendo o IFG como uma instituição comprometida com a transformação social e a promoção de direitos. Mais do que crescer, é preciso qualificar e sustentar esse crescimento com responsabilidade, participação e um firme compromisso com o projeto educacional que fundamenta os Institutos Federais.

Compromissos assumidos

Consolidação dos câmpus do IFG com foco na equidade e na superação de desigualdades internas, assegurando infraestrutura adequada, ampliação do quadro de pessoal e condições plenas de funcionamento para todas as unidades, especialmente aquelas localizadas no interior.

Enfrentamento contra as práticas institucionais que reforcem hierarquias e concorrência entre os câmpus, promovendo uma cultura de cooperação, integração e valorização das especificidades regionais como parte de um projeto institucional único.

Garantia de uma gestão equilibrada da expansão do IFG, que reconheça os desafios dos câmpus da região metropolitana sem negligenciar as necessidades históricas das unidades interioranas, com planejamento participativo e critérios transparentes de distribuição de recursos.

Promoção de um modelo de desenvolvimento institucional comprometido com a função social do IFG, com foco na inclusão, na justiça territorial e no atendimento às demandas das comunidades onde os câmpus estão inseridos.

Atuação na defesa da autonomia dos Institutos Federais e do seu papel social.



Reivindicação junto ao MEC a valorização e fortalecimento da Rede Federal, com políticas públicas, recursos financeiros e expansão planejada.

Estabelecimento de diálogo constante e propositivo com o MEC, participando ativamente das discussões sobre orçamento, legislação, diretrizes pedagógicas e expansão da Rede.

Atuação no CONIF como representante ativo do IFG, contribuindo para decisões coletivas e alinhamento de pautas nacionais dos Institutos Federais.

PRINCIPAIS AÇÕES

2025 - 2029

Conforme destacado ao longo de todo o Plano de Trabalho, este plano de ação nasce do compromisso ético e político com uma gestão participativa, democrática e sensível às demandas históricas da comunidade do IFG. Foi inicialmente construído a partir das reflexões, propostas e experiências compartilhadas pelo coletivo Ainda Estamos Aqui, que, ao longo do processo de construção do projeto político institucional e dos espaços de escuta e mobilização, contribuiu significativamente para a formulação dos eixos e compromissos aqui apresentados.

Mais do que um documento fechado, este plano se apresenta como uma proposta em aberto, viva e em permanente construção. Sua consolidação ocorrerá ao longo da gestão, com a escuta ativa, o diálogo contínuo e a participação efetiva da comunidade acadêmica — estudantes, servidores, técnicos, docentes e parceiros externos — que seguem sendo protagonistas na construção de um IFG mais plural, justo e comprometido com a emancipação social.

Convidamos todas e todos a seguir contribuindo com ideias, críticas e ações que fortaleçam esse caminho coletivo de transformação. A construção institucional é permanente.

A seguir, apresentamos a algumas ações para atender os princípios e compromissos que foram dialogados com o coletivo até o presente momento:

- Incentivar a participação discente nos conselhos, comissões e demais instâncias colegiadas, assegurando voz ativa nas decisões institucionais e apoio para sua atuação qualificada.
- Fomentar a criação e o fortalecimento de grêmios estudantis, centros acadêmicos, diretórios e coletivos, garantindo infraestrutura mínima e apoio institucional para seu funcionamento.
- Viabilizar espaços e condições adequadas para a atuação dos movimentos estudantis organizados, com escuta permanente e participação efetiva nos processos de gestão.
- Estabelecer uma agenda política permanente para reuniões dos conselhos consultivos e deliberativos, com cronogramas, pautas e prazos definidos que garantam o debate coletivo qualificado.
- Fortalecer os conselhos e comissões institucionais, assegurando a participação ativa da comunidade e a representatividade de movimentos populares e da sociedade civil.
- Criar fóruns permanentes de escuta nos câmpus e na Reitoria, com realização de audiências públicas e manutenção de canais virtuais e presenciais de diálogo com a comunidade.

- Desenvolver ferramentas de consulta pública online sobre políticas institucionais e marcos regulatórios.
- Estabelecer um calendário anual de prestação de contas da gestão à comunidade acadêmica.
- Explicitar que as ações propostas são caminhos a serem construídos coletivamente, evitando decisões previamente definidas sem o devido diálogo com a comunidade.
- Consolidar os núcleos de base como observatórios sociais locais, colaborando no mapeamento de desigualdades regionais para orientar ações de ensino, pesquisa e extensão.
- Estimular o diálogo contínuo com movimentos sociais, poder público e instituições parceiras, fortalecendo o papel do IFG no desenvolvimento regional.
- Estimular a cultura de planejamento com definição de estratégias, metas, indicadores, responsáveis e critérios de priorização de ações.
- Estabelecer uma cultura institucional de planejamento estratégico com base em diagnósticos participativos e construção colaborativa de planos, projetos e políticas.
- Promover o Planejamento Orçamentário Participativo, dialogando com a comunidade sobre restrições legais e definição de prioridades.

- Estabelecer fluxos e critérios técnicos, éticos e transparentes para captação e aplicação de recursos via emendas parlamentares e Termos de Execução Descentralizada (TEDs).
- Buscar ativamente recursos financeiros para infraestrutura e manutenção da Reitoria e dos câmpus, com base em critérios e priorização de demandas.
- Elaborar e implementar os Planos Diretores da Reitoria e dos câmpus, assegurando condições físicas adequadas e promovendo uso racional dos espaços e recursos.
- Promover uma cultura de avaliação e monitoramento de indicadores de desempenho para o acompanhamento das políticas institucionais.
- Promover a revitalização dos espaços físicos nos câmpus e na Reitoria, visando melhorar as condições de convivência e práticas sociais, culturais e corporais.
- Modernizar e atualizar a infraestrutura física e tecnológica da Instituição, garantindo condições adequadas às atividades acadêmicas e administrativas.
- Alterar a localização e promover melhorias na infraestrutura do Data Center institucional.
- Implantar os planos de combate a incêndio e pânico e realizar o mapeamento de riscos em todas as unidades.

- Criar o Centro de Memória e Documentação Institucional virtual e realizar estudos para implantação da sua versão física.
- Promover a otimização dos processos de trabalho, revisando fluxos, eliminando rotinas desnecessárias e utilizando tecnologias da informação de forma sistêmica.
- Fortalecer a verticalização do ensino, garantindo integração entre os níveis e modalidades na proposição de novos cursos.
- Dar continuidade à reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) do Ensino Médio Integrado, conforme a Resolução 204/2024, otimizando a carga horária e reduzindo a fragmentação curricular.
- Avaliar continuamente os cursos técnicos integrados, superiores e da EJA, com base em suas especificidades e orientando propostas de melhoria.
- Fortalecer os cursos de formação de professores por meio de convênios com secretarias de educação para oferta de formação continuada e curricularização da extensão.
- Fomentar atividades científicas, tecnológicas e de inovação como estratégias de desenvolvimento social e econômico.
- Estimular ações de internacionalização alinhadas à política institucional, promovendo o desenvolvimento acadê-

mico e profissional de estudantes e servidores.

- Planejar e executar cursos de curta duração voltados às demandas sociais regionais, em parceria com movimentos sociais e arranjos produtivos locais.
- Consolidar e integrar os resultados da pesquisa e da extensão às ações de ensino, ampliando sua efetividade junto às comunidades locais.
- Promover ações que aproximem o IFG das demandas da sociedade, transformando pesquisas em soluções práticas, produtos e serviços.
- Promover ações de inclusão, acolhimento e valorização de estudantes da classe trabalhadora, grupos socialmente minorizados, população negra, LGBTQI+ e pessoas em contextos de exclusão social.
- Consolidar e fortalecer os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) e os Núcleos de Ações Inclusivas (NAIs) nos câmpus.
- Promover formação permanente sobre diversidade, inclusão, assédio e discriminação para toda a comunidade acadêmica.
- Estimular projetos de atuação itinerante junto a comunidades originárias, tradicionais, grupos sociais e movimentos culturais.

- Realizar estudos voltados à ampliação da política de cotas e de distribuição de bolsas, com base em desigualdades regionais.
- Criar sistema de reserva de vagas para trabalhadores rurais e seus filhos em cursos voltados ao trabalho com a terra, promovendo sua fixação no campo.
- Regular os processos de remoção e redistribuição de servidores de forma justa e transparente.
- Aprimorar a implementação do Plano de Gestão por Desempenho (PGD), ouvindo toda a comunidade escolar, inclusive estudantes, e garantindo institucionalização e padronização do processo.
- Construir plano de ação para superar divisões entre docentes, técnico-administrativos e terceirizados, reconhecendo todos como trabalhadores da educação.
- Incentivar a capacitação e qualificação continuada de todos os segmentos de servidores.
- Ampliar as ações institucionais voltadas à saúde e ao bem-estar de servidores ativos, aposentados e terceirizados.
- Promover encontros regulares entre gestores e servidores para alinhamento institucional, escuta ativa e valorização das equipes.

- Fomentar ações de enfrentamento a todas as formas de assédio institucional, promovendo relações de trabalho respeitadas, éticas e solidárias.
- Fortalecer a Política de Comunicação do IFG com foco na divulgação de ações institucionais e no reconhecimento público da instituição.
- Criar instrumentos de comunicação mais acessíveis, com linguagem e formatos populares, para divulgar os projetos e ações voltados às demandas sociais.
- Ampliar o alcance de projetos culturais e sociais baseados nas demandas da sociedade, garantindo maior visibilidade e impacto.
- Criar canais de comunicação entre a comunidade e a reitoria para estimular as reflexões, discussões e as trocas de informações sobre as questões relativas à diversidade e aos processos que promovem a equidade;
- Promover ações de formação continuada – cursos, programas, fóruns – para formar servidores na área dos direitos humanos com foco nas questões de igualdade identitária e processos de inclusão bem como capacitá-los para atender a comunidade com necessidades educacionais ou profissionais específicas;
- Estimular a pesquisa na área das diferenças identitárias em intersecção com as questões, sociais, culturais, educacionais e profissionais;

- Fortalecer os eventos institucionais, especialmente o Encontro de Culturas Negras, cujo propósito é debater sobre uma educação antirracista, a identidade cultural e religiosa como uma herança de matriz africana, concepções de pertencimento e memória, em diálogo com a comunidade acadêmica, o movimento negro, coletivos de mulheres negras, comunidades quilombolas, entre outros;
- Criar parcerias com escolas, universidades, ONGs, movimentos sociais e órgãos públicos para ampliar o alcance do programa e fortalecer redes de apoio por meio do diálogo com a comunidade externa;
- Criar um programa específico de suporte às vítimas de racismo como forma de acolhimento, com a finalidade de proporcionar suporte completo — psicológico e social — às pessoas que foram vítimas de discriminação racial, assegurando a proteção de seus direitos e promovendo a justiça e a equidade racial;
- Estimular programas e ações de extensão que privilegiem grupos minorizados, sejam eles linguísticos, culturais, etnorraciais, de gênero ou transnacionais;
- Promover campanhas educativas regulares no contexto institucional contra o racismo, o sexismo, o machismo e todas as formas de opressão, isto a partir de um trabalho colaborativo com os núcleos, comissões e grupos especializados que debatem tais problemáticas;
- Promover programas de intercâmbio, na área de ensino e

pesquisa, de alunos e professores com instituições educacionais e de pesquisa nacionais e internacionais (na relação sul-sul e com países de língua portuguesa);

- Fortalecer e implementar os programas de assistência estudantil;
- Formentar a ampliação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Niabi(s) nos campi do IFG;
- Criação dos Fóruns Permanentes de Discussão vinculados ao CONEPEX, tais como: Fórum das Engenharias; Fórum de Arte e Cultura; Fórum das Ciências; Fórum dos Nap-ne's, entre outros;
- Fomentar as ações e programas desenvolvidas pela CAPDs e CAEs e demais setores de acompanhamento dos estudantes;
- Criar espaços de produção e troca culturais que promovam ações e programas de formação linguística-cultural.
- Estimular a apresentação e divulgação de manifestações culturais oriundas das mais diversas comunidades no entorno dos campi e demais locais a exemplo das manifestações de ancestralidade para compartilhar tradições, costumes, e valores, por meio tanto de expressões artísticas e entretenimento até a prática de crenças religiosas e hábitos alimentares

PARTICIPA IFG!

Este plano de ação é apenas o ponto de partida. A consolidação de uma gestão democrática, plural e comprometida com a transformação do IFG depende da escuta contínua e da participação ativa de toda a comunidade.

Por isso, convidamos você a seguir contribuindo com ideias, sugestões e propostas que possam fortalecer nossas ações e compromissos.

Acesse o formulário pelo QR Code abaixo e deixe sua contribuição:



Sua participação é essencial para construirmos, juntos, um IFG mais inclusivo, inovador e emancipador.

SANDRO REITOR



**ME
APRESENTO**

Vindo de Itumbiara para Goiânia para estudar na antiga Escola Técnica Federal de Goiás, em 1975, cursei o curso técnico de Eletrotécnica. Fui aprovado numa seleção nacional da Siemens do Brasil para trainee em 1977, em São Paulo. Estando em São fiz parte de um grupo de Teatro, onde iniciei minha atuação na área. Retornei a Goiânia e fui aprovado no vestibular da UFG para Engenharia Elétrica. Mas, o coração já havia sido atraído pelo Teatro. Em 1979, fui convidado para dirigir uma peça de teatro e formar um grupo com alunos da escola. Foi mágico e definitivo. Criei, adaptei e dirigi vários espetáculos teatrais, performances cênicas e outras intervenções artísticas na escola. Fiquei até 1984, quando fui desligado por motivo de censura da direção de então.

Percorri, então, outros caminhos, em janeiro de 1985, fui eleito presidente da Confederação Nacional de Teatro Amador – CONFENATA, entidade que congregava 22 federações de teatro. Depois fui eleito vice-presidente da CONFENATA, em 1987, o que me fazia membro do Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de Artes Cênicas-INACEN, principal órgão de cultura da época e sediado no Rio de Janeiro.

Foi aberta, em 1986, uma vaga para professor de Teatro, da então Escola Técnica Federal de Goiás-ETFG e fui aprovado em primeiro lugar, assumindo o cargo em março de 1987, onde permaneço até hoje. Fui eleito coordenador de Atividades, que englobava os componentes do artigo 7, da antiga LDB, lei 5692/1971. Que depois de alterada, mudou a coordenação para Coordenação de Artes. Pude implementar um intenso crescimento, tanto em termos de quadro de servidores, quanto em infraestrutura física da coordenação.

Fui cedido para a Universidade Federal de Goiás, em 1998, onde passo a coordenar o Teatro Universitário da UFG, ficando até o ano 2.000.

Em janeiro de 2001, assumo o cargo de Secretário Municipal de Cultura de Goiânia, na gestão Pedro Wilson. Foi um período de muitas realizações culturais, artísticas e a consolidação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Goiânia:

- Criação do Fundo Municipal de Cultura de Goiânia;
- Reforma do Museu de Arte de Goiânia;
- Reforma da Estação Ferroviária, transformando-a em Estação de Cultura;
- Reforma do Centro Livre de Artes;
- Reforma da Biblioteca Marieta Teles Machado;
- Reforma do antigo Palácio da Cultura, na praça Universitária;
- Conclusão da reforma da Biblioteca Cora Coralina de Goiânia, na praça Joaquim Lúcio;
- Reforma e adaptação do antigo Grande Hotel de Goiânia, num Centro de Memória e Cultura, junto à reforma da Avenida Goiás;
- Criação e realização do primeiro festival de artes cêni-

cas, Goiânia em Cena;

- Criação e realização do primeiro Encontro de Folia de Reis de Goiânia;
- Criação e edição da agenda cultural Santa Dica;
- Criação e realização semanal do encontro multicultural Terça Tem Canja;
- Realização da primeira Conferência Municipal de Cultura de Goiânia, com a nomeação dos membros eleitos para conselheiros do Conselho Municipal de Cultura;
- Implantação do projeto de descentralização, com a criação de espaços culturais em diversos setores da cidade, além de outras realizações e eventos.

Permaneci até o fim do mandato do professor Pedro Wilson, em dezembro de 2004.

Em concomitância com o cargo de Secretário de Cultura, ministrei aulas de Teatro e para a disciplina de Patrimônio Histórico e Cultural do curso de Hotelaria e Turismo, do CEFET-GO.

Em 2005 fui cedido à Agência Nacional de Cinema-ANCINE, onde pude participar de importantes comissões, grupos de trabalho e gestão do órgão no seu processo de consolidação, incluindo a criação do Fundo Setorial do Audiovisual-FSA. Fiquei até dezembro de 2008.

Retorno ao recém-criado Instituto federal de Goiás-IFG, em 2009, e vejo uma mudança extraordinária que dava materialidade aos sonhos que sempre tivemos de ter uma instituição potente, abrangente e com capilaridade no estado de Goiás. Volto para o meu campus de origem, Goiânia, onde pude participar de várias ações, comissões, projetos e colaborações em projetos e programas internos e externos.

Em dezembro de 2010 fui convidado para assumir a direção geral do recém-criado campus de Anápolis, onde pude permanecer até 2013. Foi também um período de muitas realizações e feitos institucionais, administrativos e acadêmicos, incluindo a ampliação da área edificada do campus, a criação de novos cursos e a realização de vários convênios com instituições locais e regionais. Na sequência assumi a pró-reitoria de Extensão.

Na Proex, pude realizar várias ações, como: a criação da Política de Assistência Estudantil, mediante ampla participação da comunidade acadêmica, a regulamentação dos estágios e planos para o mundo do trabalho, a reestruturação da composição da pró-reitoria, com uma nova configuração, mais ampla e eficiente, a implantação de 7 refeitórios nos campus, a criação e realização do I Encontro de Culturas Negras, em Uruaçu. Também mantivemos e fortalecemos a realização do Festival de Artes do IFG, a realização e o fortalecimento dos jogos JIFs, inclusive uma edição de caráter nacional. No caso dos eventos, sempre buscando recursos extra orçamentários para o seu custeio, no sentido de não onerar o orçamento da instituição.

Em concomitância com a Proex, assumi como interino a direção geral pró-tempore do campus Águas Lindas e do campus Cidade de Goiás. Foram 14 meses de dupla atuação, com imensas e intensas realizações, sempre em sintonia e diálogo com as comunidades acadêmicas desses campus.

Desde 2016, estou na direção do campus Cidade de Goiás, primeiramente como interino e depois eleito e reeleito. Um grande desafio na consolidação de um campus em uma cidade com uma população de 23 mil habitantes. Também, acrescenta um grau a mais de dificuldade a composição do mapa de oferta de cursos, sendo o eixo tecnológico de Produção Cultural e Design o predominante com dois cursos superiores e dois cursos técnicos. Conseguimos implantar um novo curso superior, no caso de Agronomia, onde pudemos equilibrar o número de matrículas, que se encontrava muito baixo. Mas, é um campus onde a força e o comprometimento da sua comunidade acadêmica faz uma diferença gigantesca. Como o orçamento é cruelmente vinculado a uma matriz que não leva em conta, de fato, os desafios da interiorização, sempre foi necessária a busca de recursos extra orçamentários para fazer frente às demandas urgentes do campus. Nem sempre foi possível obter êxito nessa busca, considerando o grau de isolamento que os campus menores enfrentam.

E agora coloco meu nome à disposição da comunidade acadêmica do IFG, na disputa pela reitoria em 2025. Me comprometo a uma luta incansável pela melhoria das condições da instituição, pois venho do chão da escola. Minha trajetória sempre foi de pelejas pela justiça, transparência e eficiência



da gestão pública, seja em cargos de gestão, de militância sindical ou de engajamento nas mobilizações por melhorias das nossas categorias e segmentos dos trabalhadores da Educação Pública.

Quando exponho aqui um breve resumo da minha atuação em diversos ambientes públicos, da Educação e da Cultura, não é para obter elogios ou loas, mas para compartilhar com a comunidade a minha experiência e trajetória. Porque no exercício dessas funções sempre tive as contas de gestão aprovadas sem nenhuma restrição.

A candidatura PARTICIPA IFG é uma construção coletiva de muitas vozes, acúmulos e trajetórias. É uma mobilização plural, diversa e ampla, que envolve pessoas comprometidas com os documentos institucionais, com as instâncias centrais e locais, com a autonomia da nossa escola e a com a abertura de ambientes permanentes de diálogo e escutas, atentos e resolutivos. Para tanto, apresento aqui nosso Plano de Trabalho, onde estão elencados os princípios, parâmetros e compromissos que assumo diante da nossa comunidade acadêmica.

Te convidamos a ler, refletir, discutir e colaborar com nosso coletivo PARTICIPA IFG !



Perfil funcional

Nome:

Sandro Ramos de Lima

Ano de ingresso:

1979, como Diretor de Teatro convidado

Ano de ingresso como docente:

Março de 1987

Siape:

271023

Cargo:

Professor do Ensino Básico, Técnico e tecnológico – EBTT, nível C (antigo D IV)

E-mail:

sandro.di.li.lima@ifg.edu.br

Currículo Plataforma Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5533410752419100>



Formação acadêmica

Curso Técnico em Eletrotécnica pela Escola Técnica federal de Goiás – ETFG (1975 a 1977);

Graduação em Curso Superior de Tecnologia em Produção Cênica pelo Instituto Tecnológico em Artes Basileu França – ITEGO (2015 a 2018);

Especialização em Docência no Ensino de Teatro pela Faculdade UiBF (2019);

Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade, pela Universidade Estadual de Goiás – UEG (2020 a 2022).

Breve resumo do currículo

Professor de Arte, na linguagem Teatro, desde 1987, na ETFG, CEFET-GO E no IFG, lotação no campus Goiânia;

Professor do Curso Superior de Hotelaria e Turismo, do CEFET, entre 1997 e 1998;

Diretor convidado do Grupo de Teatro Canopus, na antiga ETFG, de 1979 a 2004;

Membro conselheiro do Conselho Superior do IFG, entre 2018 e 2019;

Membro participante de vários conselhos, comissões, consultorias e funções de colaboração institucional na ETFG, no CEFET_GO e no IFG;

Coordenador da Coordenação de Artes da ETFG, entre 1990 a 1995;

Diretor pró-tempore do campus Águas Lindas-IFG, em 2017;

Diretor pró-tempore do campus Cidade de Goiás-IFG, em 2016 e 2017;

Diretor nomeado do campus Anápolis-IFG, entre 2011 e 2013;

Pró-reitor de Extensão do IFG, entre 2013 e 2017;

Diretor eleito do campus Cidade de Goiás-IFG, entre 2017 e 2021;

Diretor reeleito do campus Cidade de Goiás, entre 2021 até hoje;

Presidente da Comissão de Organização do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFG, em 2011;

Presidente da Comissão de Seleção da ETFG, entre 1991 e 1992.

Outras atuações em gestão

Secretário Municipal de Cultura, da cidade de Goiânia, entre 2001 e 2004;

Curador do Festival Internacional das Três Fronteiras, ligado ao Mercosul, em 2005;

Assessor especial da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, entre 2005 e 2008;

Coordenador do Teatro Universitário da UFG, entre 1997 a 2000;

Criador e coordenador do projeto Pronto-Sorriso, da UFG, com a Faculdade de Medicina-UFG e a Pro-reitoria de Extensão e Cultura-PROEC da UFG, entre 1998 e 2000.

Atuação como diretor teatral (vínculo IFG)

Peça de Teatro O Santo Milagroso, de Lauro César Muniz, com o Grupo de Teatro Canopus-ETFG, em 1979;

Peça de Teatro O Evangelho Segundo Zebedeu, de César Vieira, com o Grupo de Teatro Canopus-ETFG, em 1980;

Peça de Teatro Nós, Homens Nus – direção e adaptação teatral, com o Grupo de Teatro Canopus-ETFG, em 1981;

Peça de Teatro Os Beatniks – criação e direção teatral, com alunos da ETFG, em 1982;

Peça de Teatro Os Sapos de Bandeira – criação e direção teatral, com alunos da ETFG, em 1982;

Peça de Teatro Ópus 6, com alunos da ETFG, em 1994;
Peça de Teatro O Inspetor Geral, de Nicolái Gógol, com alunos da ETFG, em 1995;

Peça de Teatro Três por Três, com o Grupo de Teatro Nu Escuro, em 1997;

Peça de Teatro Lá Vai o Rio, com a Cia Nu Escuro, em 1998;
Peça de Teatro A Visita da Velha Senhora, de Friedrich Durrenmatt, , em 2000;

Radionovela Caminhos de Pedra, pelo IBRACE e Rádio Foga-réu, da Cidade de Goiás, em 2009;

Outras atuações como diretor teatral, sem vínculo com o IFG:

Peça de Teatro A Falecida, de Nelson Rodrigues, em 1987;
Peça de Teatro Bonitinha, Mas Ordinária, de Nelson Rodrigues, em 1990;

Peça de Teatro Vestido de Noiva, de Nelson Rodrigues, em 1993.

Outras representações e atuações institucionais

III Conferência Regional da Educação Superior da América Latina e Caribe – CRES 2018, como representante institucional do IFG, em Córdoba-Argentina;

I MANIFESTO, Mostra de Cinema Político, série Encontros de Cooperação, Brasil-Cuba, em 2017;

Reunião Anual da Sociedade Brasileira da Ciências, em 2002.

Documento Digitalizado Público

Plano de Trabalho - PARTICIPA IFG - Candidato Sandro di Lima

Assunto: Plano de Trabalho - PARTICIPA IFG - Candidato Sandro di Lima
Assinado por: Sandro Lima
Tipo do Documento: Plano de Trabalho
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ Sandro Ramos de Lima, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 01/06/2025 22:43:30.

Este documento foi armazenado no SUAP em 01/06/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 715928
Código de Autenticação: 7e5db0cfea

